



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os
Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

ANA CAROLINA LAUREANO BRANDÃO

**DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO DOS
DIREITOS HUMANOS PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS - EJA**

Brasília – DF
2015

ANA CAROLINA LAUREANO BRANDÃO

**DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO DOS
DIREITOS HUMANOS PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS - EJA**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural.

Professora Orientadora: Mestre Júlia Campos Clímaco

Brasília – DF

2015

Brandão, Ana Carolina Laureano

Dificuldades no processo de ensino dos Direitos Humanos para alunos da Educação de Jovens e Adultos - EJA/ Ana Carolina Laureano Brandão – Brasília - 2015.

40f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista) – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia. 2015.

Orientador: Prof. Mestre Júlia Campos Clímaco. Instituto de Psicologia

1. Educação 2. EJA. 3. Direitos Humanos.

ANA CAROLINA LAUREANO BRANDÃO

DIFICULDADES NO PROCESSO DE ENSINO DOS DIREITOS
HUMANOS PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS - EJA

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os
Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do (a) aluno (a).

Nome do Aluno (a) Ana Carolina Laureano Brandão

Mestre Júlia Campos Clímaco

Professora-Orientadora

Titulação, Nome
completo,

Professor-
Examinador

Brasília, 14 de novembro de 2015.

Dedico este trabalho a todos os meus alunos da Educação de Jovens e Adultos que bravamente enfrentam todas as barreiras diárias de uma sociedade injusta, racista, classista e desigual. Dedico também aos meus amigos de profissão que trabalham sempre buscando fazer a diferença na formação profissional e pessoal de nossos alunos.

AGRADECIMENTOS

Neste ponto reconheço que sozinha não sou e não conseguiria chegar aonde cheguei. Entendendo que agradecer é uma demonstração de reconhecimento a todo auxílio e ajuda que me foi prestado, Agradeço a todos que de uma forma ou de outra contribuíram com apoio, força, motivação e ensinamentos para esta conquista.

Em especial, agradeço à minha família que me forneceu apoio físico, emocional e psicológico. A meus amigos que por muitas vezes me acalmaram em momento de desespero. A todos os professores que, prontamente, se dispuseram a participar das entrevistas de campo. Agradeço também a tutora Elisa Matos Menezes e a orientadora Júlia Campos Clímaco que tiveram toda paciência do mundo comigo e meus trabalhos.

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Art. 1 - Declaração Universal dos Direitos Humanos

RESUMO

Este trabalho apresenta um levantamento de dificuldades ocorridas dentro do processo de ensino e aprendizagem no ato de lecionar para Educação de Jovens e Adultos. Em especial, o trabalho busca compreender as dificuldades de ensinar a temática dos Direitos Humanos quando o público alvo são alunos fora da idade regular de ensino. Esses alunos possuem vivências e experiências de vida que jamais devem ser desconsideradas. O trabalho realiza entrevistas com sete professores de sociologia de escolas públicas do Distrito Federal, para entender as dificuldades e limites deste processo e sugere uma proposta de intervenção a ser realizada em uma escola pública localizada na Região Administrativa da Ceilândia. A proposta de intervenção apresenta procedimentos práticos que visam à execução de formas de lidar com as dificuldades e barreiras enfrentadas pelos professores. Jamais os Direitos Humanos deixarão de ser ensinados, lecionar sempre foi um ato de coragem e com obstáculos. A proposta de intervenção busca auxiliar esses professores da melhor forma para chegar a resultados consistentes. O público alvo a ser atingido serão alunos do terceiro segmento da Educação de Jovens e Adultos. O terceiro segmento tem duração de um ano e meio e é correspondente aos Ensino Médio regular, que tem duração de três anos. Pretende, a partir da execução desta proposta de intervenção, auxiliar os professores no processo de desconstruir preconceitos e sentidos comuns enraizados nos alunos com experiências de vida e vivências profundas. O respeito aos limites e realidades de cada aluno sempre deverá ser mantido, mas é necessário construir um cidadão crítico frente uma sociedade de mudanças.

Palavras-chave: Educação. Educação de Jovens e Adultos. EJA. Direitos Humanos

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 01 - Professores entrevistados por região administrativa	21
Gráfico 02 - Dificuldades no ato de lecionar	23
Gráfico 03 - Dificuldades em lecionar sobre Direitos Humanos	24
Tabela 01 - Soluções e Estratégias adotadas.....	27
Tabela 02 – Ações Interventivas – Sugestões.....	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Formulação do problema	11
1.2 Objetivo Geral	11
1.3 Objetivos Específicos	12
1.4 Justificativa.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Educação em Direitos Humanos	13
2.2 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil	15
2.3 EJA e o Currículo em Movimento	16
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	19
3.1 Contexto	19
3.2 Tipo de Pesquisa	19
3.3 Procedimentos.....	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5. PROPOSTA DE AÇÃO INTERVENTIVA.....	29
6. CONCLUSÃO.....	31
7. REFERÊNCIAS	34
8. ANEXOS.....	36

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo entender as dificuldades do ensino de Direitos Humanos para Educação de Jovens e Adultos, dessa forma foi escolhida a modalidade de questionário semiestruturado para a pesquisa de campo. Analisando o currículo pedagógico da Secretaria de Educação do Distrito Federal, podemos notar que a disciplina responsável pelo trabalho direto da temática de Direitos Humanos é a Sociologia. A sociologia consiste em um campo da ciência que estuda os indivíduos em sociedade. É uma vertente das Ciências Sociais, assim como a Antropologia e Ciência Política. É de responsabilidade da sociologia no Ensino Médio, tanto para educação regular quanto para EJA, o estudo de questões de gênero, classe, mercado de trabalho, discriminações sociais, sexualidade, entre outros assuntos que envolvem diretamente ou indiretamente os Direitos Humanos. Dessa forma, entendendo a importância desta disciplina para os Direitos Humanos foram entrevistados oito professores de sociologia que atuam na Educação de Jovens e Adultos em Brasília. O objetivo foi entender as dificuldades e obstáculos enfrentados pelos professores no ato de lecionar os conteúdos que envolvem a temática dos Direitos Humanos nas salas de aulas da Educação de Jovens e Adultos. O ensino dos Direitos Humanos se tornou obrigatório nos planos de ensino e currículo em movimento do Distrito Federal desde 2014. Neste trabalho, além do levantamento de dificuldades enfrentadas, são propostas sugestões de métodos de ensino dos Direitos Humanos para o EJA. A intenção é auxiliar professores em salas de aulas para um processo tão difícil e especial. A educação de adultos deve ser pautada no respeito às diferenças e limites de cada um. Nas salas de aulas do EJA, é possível encontrar pessoas com as mais diversas experiências de vida, e esse fato não pode ser ignorado. É importante pontuar que a inserção dos estudos na área dos Direitos Humanos na Educação Básica é muito recente, e ainda existe um despreparo dos profissionais da educação, assim como do Estado, com a melhor maneira de realizar esse

processo de ensino e aprendizagem. Educar para os Direitos Humanos é formar cidadãos.

1.1 Formulação do problema

O interesse por esse tema surgiu de experiências vivenciadas e compartilhadas entre professores das escolas públicas do Distrito Federal. Após muitos relatos das dificuldades que os professores, principalmente os da disciplina de sociologia, enfrentam diariamente nas salas de aulas da Educação de Jovens e Adultos. Tendo em vista que a disciplina de sociologia é a principal responsável, dentro das orientações do Currículo Pedagógico do Distrito Federal para os Direitos Humanos, ela sofre diversos problemas nas metodologias de ensino para os diversos públicos da educação que atua.

Sob esse aspecto, sentiu-se a necessidade de entender se o problema era frequente nas escolas de ensino do Distrito Federal. Assim a ideia do trabalho é de apresentar para professores sugestões de como lidar com as dificuldades do ensino dos Direitos Humanos para o EJA.

Assim, chega-se a seguinte problemática: quais são as dificuldades enfrentadas pelos professores de sociologia ao lecionar a temática dos Direitos Humanos na Educação de Jovens e Adultos?

1.2 Objetivo Geral

Analisar as dificuldades e obstáculos no processo de ensino e aprendizagem da temática dos Direitos Humanos para alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA em escolas do Distrito Federal, assim como propor uma solução para facilitar este processo educativo.

1.3 Objetivos Específicos

- 1) Realizar levantamento de professores de sociologia que lecionam para a Educação de Jovens e Adultos no Distrito Federal;
- 2) Realizar entrevistas para compreender os problemas enfrentados ao lecionar a temática dos Direitos Humanos dentro de sala de aula;
- 3) Analisar os resultados obtidos nas entrevistas e propor uma ação de intervenção para superar obstáculos no processo educativo.

1.4 Justificativa

Esse trabalho entende que a escola é um dos principais locais de formação de crianças, adolescentes, jovens e também adultos. A partir disto, nela deve haver sempre um processo de adaptação e reciclagem nas metodologias de ensino, pensando que a escola tem papel fundamental no processo de humanização, formação de identidade e socialização dos indivíduos. Assim, buscar compreender as dificuldades enfrentadas diariamente por professores e alunos quando a temática de Direitos Humanos é trabalhada em salas de aulas das turmas de Educação de Jovens e Adultos é fundamental para propor mudanças na metodologia de ensino para este público.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Educação em Direitos Humanos

A questão dos Direitos Humanos na sociedade surge ligada a ideia de Direitos dos Cidadãos. Neste ponto, Marshall (1967) coloca que os Direitos Humanos são um conjunto de direitos que envolvem direitos políticos, perpassando os direitos sociais e civis. Todos eles buscam a garantia da vida aos cidadãos.

Quando se fala em Direitos Humanos, é importante pontuar a sua maior ação de representação: os movimentos sociais. Foi, e é, a partir destes movimentos que muitos direitos foram e são conquistados. Lyra (1986) coloca que esses movimentos de luta e busca pelos direitos são o início de algo que é suprido mesmo sendo de extrema necessidade.

“Trata-se de fundamentar os Direitos Humanos, conscientizados, reivindicados e exercidos pelos povos, classes grupos e indivíduos em processo de libertação – e, quando me refiro aos Direitos Humanos, trato não só daqueles que já constam das declarações “oficiais”, mas também dos que vão surgindo no processo mesmo e que, só eles, podem validar as derivações normativas, isto é, os incidentes de positivação, mediante os quais o Direito é formalizado.” (Roberto Lyra Filho, 1986, p.229).

Entretanto, mesmo a partir do reconhecimento do que são os Direitos Humanos e de sua necessidade social, a plena incorporação desta temática surge apenas em 2006, quando é criado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que compreende o ato de educar para os Direitos Humanos como formação de cidadãos mais sociais e conscientes, assim como:

“É igualmente por meio dessa educação que se pode começar a mudar as percepções sociais radicais, discriminatórias e violentas, na maioria das vezes, legitimadoras das violações de direitos humanos. E reconstruir as crenças e valores sociais fundamentados no respeito ao ser humano e em conformidade com os preceitos democráticos e as regras do Estado de Direito.” (TAVARES, 2006, p.488)

Educar para os Direitos Humanos vem sendo pautado como necessário desde a Declaração de Viena (1993), construída na Conferência Mundial de Direitos Humanos, ou a partir de outros documentos da ONU, como por exemplo, Decênio das Nações Unidas para a Educação na Esfera dos Direitos Humanos (1995-2004) e o Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos (2004). Entretanto no Brasil, foi apenas em 1996 que começou a ser normatizado os estudos de Direitos Humanos na educação. Os principais documentos que tratam desta ação são:

- Constituição Federal (1988);
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996);
- Parâmetros Curriculares da Educação (início em 1997);
- Programa Nacional de Direitos Humanos (1996 e 2002); e
- Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003 e 2006)

Entretanto, educar para os Direitos Humanos vai muito além de normatização e reconhecimento. É preciso saber como educar. Morgado (2001) coloca que é necessária uma prática pedagógica, onde o saber docente abrange uma gama de saberes necessários para lidar com o lecionar os Direitos Humanos. Tavares (2006) argumenta que tal saber, envolve três principais saberes

“...saber curricular, o saber pedagógico e o saber experiencial. O primeiro aponta a necessidade de que o currículo seja flexível para adequar-se aos conteúdos de direitos humanos. O segundo corresponde às estratégias e aos recursos utilizados para articular conteúdos curriculares à transversalidade dos direitos humanos. E o último destaca que a vivência desses direitos e a coerência com sua promoção e defesa são essenciais.” (TAVARES, 2006, p. 491).

Desta forma, Soares e Pulino (2015) afirmam que é preciso introduzir novas formas de educar, a partir do cotidiano vivido por cada ambiente escolar, não apenas cada escola, mas também cada sala de

aula. É necessário saber o momento certo de se introduzir um conhecimento que necessita tocar os alunos. Assim Charlot (2006 apud Soares e Pulino 2015) aponta que é necessária uma preparação para atingir a humanização dos indivíduos.

2.2. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil

Definindo a necessidade de Educar para os Direitos Humanos e sabendo que é fundamental um reconhecimento do público para quem se destinará a educação desta temática, é importante reconhecer que a Educação de Jovens e Adultos é um campo delicado e cuidadoso para o exercício de lecionar os Direitos Humanos.

Tendo como base que a educação é direito de todos os cidadãos brasileiros, segundo a Constituição Federal de 1988 que afirma que a “*educação é direito de todos e dever do Estado e da Família*” (Artigo 205) e ainda com “*ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta garantida para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria*” (Artigo 208), partimos da afirmativa de que todos possuem direito à educação independente da idade ou condição em que se encontre. O Estado tem o dever de ofertar, além da educação para crianças e adolescentes, educação para pessoas em idade fora dos anos regulares de ensino. Assim surge a Educação de Jovens e Adultos (EJA), pensada como uma possibilidade de atender a um público diferenciado, que não concluiu o ensino obrigatório e não o pode fazê-lo juntamente com o ensino regular.

A Educação de Jovens e Adultos é dividida em três segmentos, sendo o primeiro segmento responsável pelos anos iniciais da educação; o segundo seguimento responsável pelas 5º, 6º, 7º, 8º e 9º anos; e o terceiro segmento responsável pelos três anos do Ensino Médio. Uma das características do EJA é um ano letivo mais compacto, sendo cada série executada em um semestre. Para o ingresso no EJA,

os alunos devem possuir idade igual ou superior a quinze anos para os primeiros e segundos segmentos, e idade igual ou superior a dezoito anos para o terceiro segmento. Todas estas definições e caracterizações do EJA foram construídas a partir de uma trajetória de mais de vinte anos, buscando um enquadramento para o público a quem se destina. Em termos legais, o EJA busca:

“[...] garantia de educação básica, para os jovens e adultos das camadas populares; inserção orgânica da educação de jovens e adultos no sistema de ensino do país; a locação de dotação orçamentária para o desenvolvimento dos serviços educacionais para jovens e adultos no conjunto do sistema nacional de ensino; construção da identidade própria da educação de jovens e adultos; garantia de habilitação e profissionalização dos educadores de jovens e adultos; exercício da gestão democrática na educação de jovens e adultos.” (Fundação Educar, 1988, p.18-19).

Desta forma, é muito importante pontuar que o EJA se destina a um tipo de aluno, que, em sua maioria, são pessoas que já possuem família constituída e estão inseridas no mercado de trabalho. O que nos faz entender que mesmo o indivíduo estando em idade avançada para o ensino regular e tendo ocupação e participação econômica no país, sua educação é direito, uma vez que a educação não possui apenas o propósito de formar para o mercado de trabalho, mas também para a sociedade e convívio social.

2.3. Educação de Jovens e Adultos e o Currículo em Movimento

Na realidade do Distrito Federal (local onde a pesquisa se desenvolve) é adotado o Currículo em Movimento que propõe uma interdisciplinaridade e formação humana do indivíduo. O currículo em

movimento do EJA pontua uma necessidade de diagnóstico da escola, em que:

“Ressalta-se a importância da UE realizar o diagnóstico escolar para conhecimento do perfil de seus estudantes bem como de seus profissionais. O diagnóstico é um instrumento importante para auxiliar no planejamento pedagógico da escola, na organização e ajuste do Projeto Político Pedagógico, na formulação de propostas, projetos e programas para aplicação do currículo de forma a contemplar os anseios dos estudantes, considerando suas realidades, diversidades e especificidades. (SEDF - Currículo em movimento, 2014, p.24)”.

Dentro deste currículo em movimento, é encontrado tudo o que deve ser ensinado nas salas de aula. A temática dos Direitos Humanos é de responsabilidade da Sociologia, uma das componentes das Ciências Humanas. Assim, encontramos os seguintes pontos que devem ser atingidos ao lecionar a sociologia para o terceiro segmento do EJA, sendo os mais importantes:

“Fazer com que o aluno se perceba como integrante do todo social e, ao mesmo tempo, dos vários grupos e subgrupos que formam a sociedade; Relacionar sua biografia, ou de sua família, com a história social; Compreender o importante papel das regras e dos procedimentos padronizados na manutenção e na estabilidade das formações sociais; Analisar as questões da Sociologia como ciência, discutir as instituições sociais e o processo de socialização e, finalmente, debater as possibilidades de mudança social; O indivíduo e o processo social: socialização, isolamento social; Compreender e valorizar as diferentes manifestações culturais de etnias e segmentos sociais, agindo de modo a preservar o direito à diversidade, como princípio estético, político e ético que supera conflitos e tensões do mundo atual; Construir a identidade social e política de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja efetivamente uma reciprocidade de direitos e deveres entre o poder público e o cidadão e, também, entre os diferentes grupos”. (SEDF - Currículo em movimento, 2014, p.160).

Assim, existe a responsabilidade para a disciplina de sociologia, e conseqüentemente para seus professores, de ministrar o conteúdo voltado para a temática dos Direitos Humanos. Assim, para a Educação de Jovens e Adultos é necessária uma atenção e cuidado diferenciado, devido à realidade dos alunos, como mesmo propõe o currículo em movimento.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1. Contexto

A pesquisa foi desenvolvida com professores de quatro escolas públicas do Distrito Federal. Foram realizadas oito entrevistas com professores de sociologia da Educação de Jovens e Adultos. As escolas foram escolhidas por um processo de indicação. A necessidade desta técnica surgiu devido ao fato de haver muitas carências de professores de sociologia nas escolas públicas do EJA, e principalmente nas escolas de regiões periféricas. A escolha pela disciplina de sociologia se deu pelo fato dela possuir muitos conteúdos diretamente ligados à temática dos Direitos Humanos. No EJA, a sociologia é ofertada uma vez por semana em um período de 50 minutos durante um semestre letivo. A disciplina de sociologia é obrigatória apenas no ensino médio. Dos oito professores entrevistados, todos cumprem uma carga horária de 20 horas semanais, sendo o limite de 16 horas em salas e 04 horas de coordenação geral. Para as entrevistas foi escolhido o horário das coordenações gerais dos professores, entretanto nem todos os professores são obrigados pelas escolas a cumprirem as horas de coordenação.

3.2. Tipo de Pesquisa

Segundo Marconi e Lakatos (2003, p.132) a metodologia é um campo a serviço da ciência que procura transmitir o conhecimento dos métodos que auxiliam na construção e elaboração do estudo científico. Aborda assim o estudo da forma, ou dos instrumentos necessários para a construção de uma pesquisa. Neste presente trabalho, a metodologia da investigação concentrará um esforço cuidadoso em obter novas informações. Desta forma, este trabalho tem por característica trabalhar com dois níveis de pesquisa: pesquisa bibliográfica ou por fontes secundárias e entrevistas semiestruturadas, para a coleta de dados. A pesquisa bibliográfica foi voltada para aspectos que nos direcionem para uma análise do ensinar Direitos Humanos e a realidade da Educação de Jovens e Adultos. Já as entrevistas, foram

direcionadas para compreender dificuldades e soluções para o processo de ensinar a temática dos Direitos Humanos na Educação de Jovens e Adultos.

3.3. Procedimentos

Os procedimentos adotados para a realização da pesquisa de campo se consistiu, em um primeiro momento, em entrar em contato com algumas regionais de ensino via telefone para que elas pudessem indicar escolas de suas regiões. Essa necessidade ocorreu devido ao fato de muitas escolas possuírem carências de professores para a disciplina de sociologia. Posteriormente foi feita uma visita à escola para realizar a entrevista. As visitas foram sempre às quartas ou sextas, pois são os dias em que os professores da área de humanas estão em coordenação geral. Foram feitas entrevistas semiestruturadas com o propósito de conhecer as dificuldades encontradas no ato de lecionar no contexto dos Direitos Humanos. Posteriormente, foi realizada uma análise dos resultados e foram construídas sugestões metodológicas para auxiliar os professores no ato de ensinar. As sugestões foram construídas a partir de troca de saberes de melhores formas de lecionar a temática com o EJA. Os resultados da pesquisa foram fornecidos a todos os entrevistados.

As entrevistas ocorreram em um período de quase dois meses, setembro e outubro de 2015. Dos oito professores entrevistados, três são de contrato temporário e cinco efetivos. Dos de contrato temporário, apenas dois permaneceriam na escola onde trabalham durante todo o ano de 2015. As entrevistas foram realizadas nas escolas onde os professores lecionam e no horário noturno. Buscou-se marcar as entrevistas sempre nos horários de coordenação, entretanto isso não foi possível em todas as escolas, pois algumas não exigem o cumprimento das horas de coordenação na escola. As entrevistas ocorreram de forma semiestruturada e encontram-se em anexo. Os nomes dos professores não serão revelados, por uma questão de sigilo ético.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A entrevista se iniciou com o questionamento, aos professores, sobre seu vínculo com a Secretaria de Educação: 60% dos entrevistados são professores efetivos. Desses 60%, um terço são professores com menos de um ano de contrato efetivo, tendo sido aprovados no último concurso da Secretaria de Educação, no ano de 2013.

O segundo ponto do questionário aborda em qual região administrativa cada professor leciona. Tivemos a seguinte distribuição:



Gráfico 01: Professores entrevistados por região administrativa

Fonte: Elaborado pelo autor

O número significativo de professores na região administrativa da Ceilândia ocorreu pelo fato de ser a segunda região do DF com mais escolas públicas e com maior número de escolas com EJA.

Dando continuidade à entrevista, foi questionado se os professores seguem as orientações do currículo pedagógico para a

disciplina de sociologia, todos responderam que sim, alguns colocaram a necessidade de muitas vezes avançar com o conteúdo, uma vez que o ano letivo do EJA é reduzido, assim como o número de aulas de sociologia. Na Educação de Jovens e Adultos, é lecionado apenas uma aula de sociologia por semana em cada turma do terceiro segmento (correspondente ao Ensino Médio). Cada aula semanal tem a duração média de 50 minutos, entretanto algumas são mais curtas, como coloca um dos entrevistados: *“As turmas dos primeiros anos, eu dou aula no último horário, e eles não esperam até o final da aula, quando dá 22h30 querem ir embora”*. Muitos alunos não moram perto de suas escolas, a maioria dos alunos do EJA trabalha e escolhe uma escola que fique entre o trajeto trabalho-casa, muitos deles não passam em casa antes de irem às escolas. O horário do ensino noturno em todas as escolas do Distrito Federal é a partir das 19h10 até as 22h50. Entretanto a maior dificuldade apontada pelos professores do EJA é o fato de não haver livro didático para lecionar sociologia. Não existe um livro didático direcionado para o trabalho de sociologia nas turmas de EJA, o que nos mostra um dos entrevistados, uma professora de uma escola de Samambaia:

“É muito difícil ensinar sem um livro para os alunos, eu trabalho com o mesmo livro do ensino regular e vou adaptando, mas com cortes de despesas que as escolas estão passando, não posso nem usar a xerox para fazer apostilas e cópias de textos.”

Um dos livros utilizados pela Secretaria de Educação é o livro Sociologia para jovens do Século XXI, da editora Imperial Livros, em contato com a editora, foi informado que realmente não há no mercado hoje um livro de sociologia que atenda às especificidades do EJA, entretanto há um livro em fase de desenvolvimento para o triênio de 2017 – 2019.

Outro ponto levantado nas entrevistas, foi quais as dificuldades encontradas pelos professores para lecionar, e entre as colocações

feitas pelos entrevistados, vemos abaixo, na Tabela 1, as mais recorrentes.

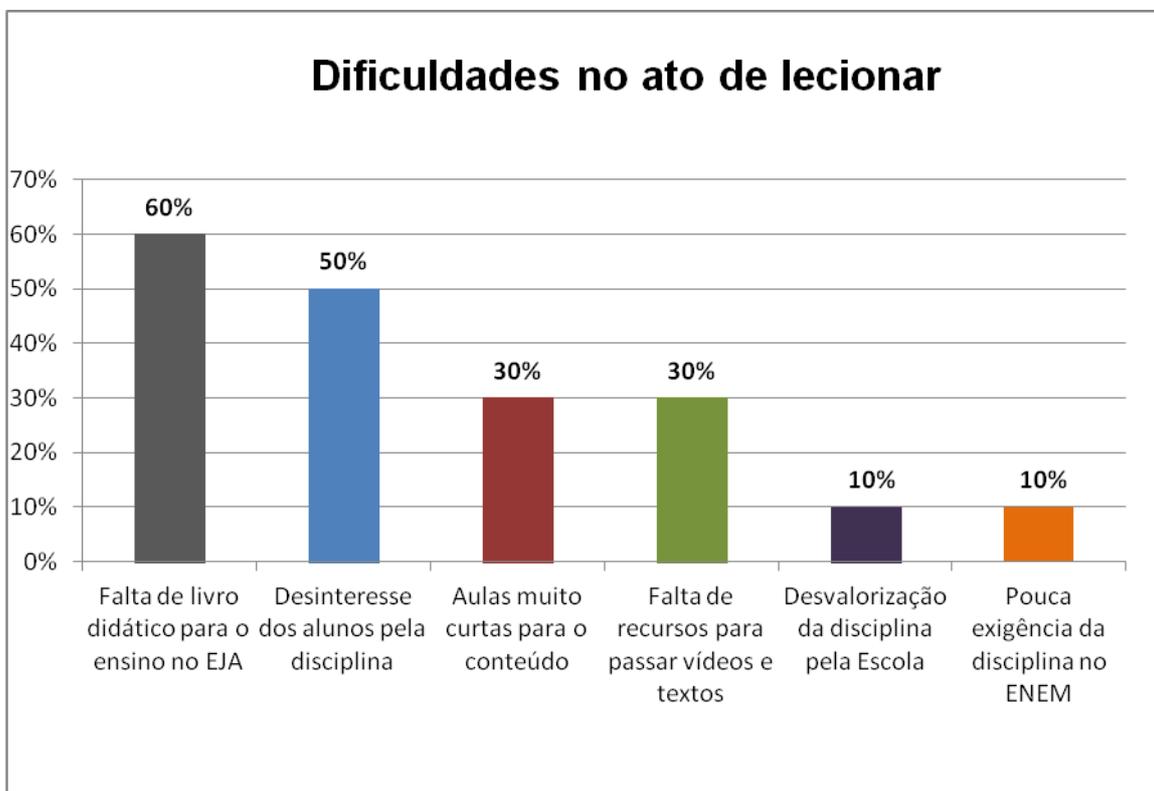


Gráfico 02: Dificuldades no ato de lecionar

Fonte: Elaborado pelo autor

Vemos que, além do problema da falta de livro didático para o EJA, o desinteresse dos alunos pela disciplina de sociologia é muito grande. Entretanto, é necessário pontuar a importância da sociologia para os Direitos Humanos e para a formação do indivíduo em sociedade. A sociologia é capaz de criar uma reflexão do indivíduo em sociedade, para construir uma mudança necessária, no campo dos Direitos Humanos. Questões de gênero, trabalho, sexualidade, raça e muitas outras precisam ser debatidas em sala de aula para a desconstrução de sentidos comuns carregados na formação dos indivíduos. Ainda assim, vendo além da formação do indivíduo, a sociologia é uma das disciplinas que mais cresce nas exigências do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Neste ano de 2015, o ENEM

trabalhou dez questões diretamente relacionadas aos conteúdos da sociologia, além de uma redação com o tema “A persistência da violência contra mulher na sociedade brasileira”, que apontava a necessidade de se discutira cultura machista da sociedade brasileira, questões de gênero, direitos humanos e relações interpessoais.

Em uma segunda parte da entrevista, quando foram trabalhadas questões diretamente ligadas aos Direitos Humanos em sala de aula, foi perguntado aos entrevistados qual a maior dificuldade encontrada quando a aula aborda os Direitos Humanos. Abaixo, no Gráfico 2, vemos as dificuldades mais citadas.

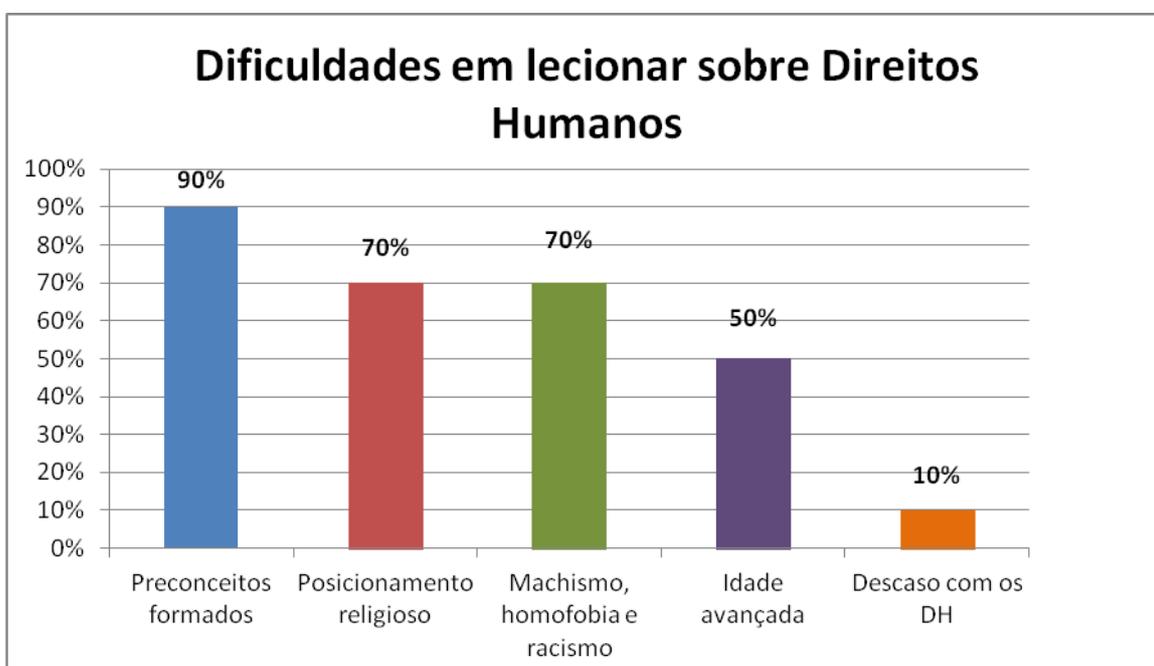


Gráfico 03 – Dificuldades em lecionar sobre Direitos Humanos

Fonte: Elaborado pelo autor

Neste ponto, muitos professores colocam que preconceito é o maior problema dentro de sala de aula, o que podemos observar em uma fala de um dos entrevistados, um professor de uma escola de Ceilândia:

“Quando fui dar aula de sexualidade, foi praticamente impossível. As piadinhas em relação à opção sexual era a diversão dos alunos. Eles não entendem e não querem entender nada de orientação sexual, pessoas morrem

todos os dias com a homofobia e meus alunos falam: “bem feito para esse viadinho”, é assustador.”

Muitos entrevistados relatam que trabalhar os Direitos Humanos e as questões de sexualidade é um dos processos mais difíceis. Quando falam de racismo ou machismo dentro de sala de aula, ainda existe uma ética na opinião dos alunos sobre o assunto, mas quando são abordadas questões relacionadas a orientação sexual, transgêneros, LGBTT, relações homoafetivas, heteronormatividade, não existe respeito e seriedade. Isso se traduz em uma das falas desse mesmo professor da Ceilândia:

“Eu acho que o posicionamento religioso de muitos alunos, principalmente mulheres, atrapalha muito as aulas. Eu tento respeitar, mas é difícil construir debates quando tudo é justificado com a religião. Eu tenho uma aluna que leva a bíblia para a sala de aula e sempre fala passagens da bíblia quando fala sua opinião”.

Durante as entrevistas, foi notado que a religião é muito presente nos alunos do EJA. Essa modalidade de ensino atende a alunos maiores de idade que estão fora da idade escolar. Boa parte dos alunos são casados e possuem família (filhos, netos). Passando pelas salas de aulas é possível ver muitos alunos com idades próximas aos 40 e 50 anos. Boa parte busca a conclusão do ensino médio para alcançar uma profissão melhor ou aumento de salário. Estes alunos já possuem uma identidade formada, onde opiniões, conhecimentos de vida e senso comuns, são usados para pautar sua participação em sala. Muitos são guiados por condutas religiosas, que em sua maioria não aceitam as mudanças da sociedade (igualdade de gênero, casamento gay, mães solteiras) e isso dificulta a mudança de pensamento. Um professor de Santa Maria assim elabora a questão:

“Eu tenho alunas senhorinhas, que vão para escola porque gostam, não é conseguir emprego. Elas têm toda uma historia de vida que eu não posso apagar. Não tem

como eu chegar na sala e falar que o que ela pensa tá errado. Se uma senhorinha vira pra mim e fala que é errado homem casar com homem, como eu vou falar que errado é ela.”

O processo de ensino e aprendizagem exige, além de tudo, respeito. É necessário respeitar os limites e prazos de cada aluno. Muitas vezes, na sociologia, não será possível mudar uma forma de pensar enraizada culturalmente em um aluno, como mostra um professor de Ceilândia:

“É difícil falar de direitos humanos com os alunos do EJA. Eles não mudarão a forma deles de pensar. Uma vez fui falar da Redução da Maioridade Penal e um senhor me falou que seu filho foi assassinado por um menor, que hoje está solto. Eu aceito tudo o que eles me falam, procuro não causar polemica quando passo atividades ou nas provas. A gente tem que respeitar.”

Em seguida, foram questionadas se os professores vêm a necessidade de trabalhar temas que envolvem diretamente os Direitos Humanos. Um professor de Ceilândia respondeu da seguinte maneira:

“Sim, é preciso. Alguns alunos não enxergam realidades diferentes das deles. Vejo muito racismo em sala. Acho que o racismo é o principal ponto. Outro ponto importante é o Bullying. Esse mês aluno morreu na minha escola por causa de Bullying. Passou no jornal, todo mundo viu. Não era meu aluno, mas era da escola.”

Dentro da sociologia, um dos pontos mais importantes trabalhados com alunos do ensino regular é o *bullying*, entretanto no currículo pedagógico do EJA, esse não é um tema abordado. Casos de *bullying* nas escolas são comumente vistos em meio a adolescentes, entretanto discriminações ocorrem em todo ambiente escolar, como relata uma professora da Samambaia:

“Eu acho muito importante falar de direitos humanos. Vejo em salas de aulas muitas coisas erradas. E os alunos nem tem noção disso. Uma vez dois alunos meus

que são marido e mulher brigaram em sala e o cara mandou a mulher dele calar a boca e chamou ela de demônio na frente de todo mundo. Fiquei furiosa. Coloquei o aluno pra fora de sala por isso. Muita falta de respeito. Inclusive comigo. Eles não me respeitam. Vivem perguntando se tenho namorado, se sou casada ou tenho filhos.”

Finalizando as entrevistas, foi perguntado aos professores, quais soluções e estratégias eles encontram para a dificuldade de trabalhar as questões dos Direitos Humanos com o EJA. Foram levantados os pontos expostos na Tabela 01.

Soluções e estratégias adotadas	
01	Respeitar os limites dos alunos.
02	Levar casos que acontecem no dia a dia para sensibilizar os alunos.
03	Criar um momento para os alunos contarem seus casos de violação de DH.
04	Fazê-los pensar de forma oposta a realidade deles.
05	Passar trabalhos com pesquisas sobre temas polêmicos.
06	Levar pessoas de fora para falar sobre DH.

Tabela 01: Soluções e Estratégias adotadas

Fonte: Elaborado pelo autor

Entre as soluções propostas pelos professores entrevistados, muitos colocam a necessidade de levar para as salas de aula casos práticos de violação dos Direitos Humanos e assim contextualizar a aula, como afirma uma professora do Plano Piloto:

“Eu levo muita notícia de jornal. Sempre quando algo pesado acontece eu levo pra sala de aula e faço um momento reflexão. Toda aula eu trabalho os DH. Se um negro sofre racismo e sai no jornal uma matéria sobre isso, eu não espero chegar o dia da aula de racismo, eu falo assim que acontece. Tem que sensibilizar diariamente.”

Levar os fatos de violação dos Direitos Humanos é uma possibilidade de causar mudanças, mas também é possível incentivar a participação dos alunos em que onde eles possam relatar seus próprios casos de violação de Direitos Humanos, como o faz um professor de Taguatinga:

“Eu consegui criar em algumas turmas um espaço para os alunos contarem suas histórias. No início foi muito difícil, precisei falar que vale ponto. Hoje eles participam melhor. Toda aula dois alunos falam de um caso que afetou eles diretamente. Ai tento contextualizar com a aula que vou dar. É muito bom por que eles vão se conhecendo e vão vendo que o outro tem suas dificuldades, mágoas e vão respeitando.”

Estratégias e possibilidades devem ser levantadas para uma mudança na forma de ensinar e abordar os Direitos Humanos em salas de aulas da Educação de Jovens e Adultos. Os alunos, muitas vezes, não conseguem ver que sofrem violação de seus direitos todos os dias, muitas vezes não conseguem nem identificar tal fato e precisam de análises e reflexões sobre os fatos sociais que ocorrem em nossa sociedade.

5. PROPOSTA DE AÇÃO INTERVENTIVA

Após a investigação das dificuldades e barreiras enfrentadas pelos professores de sociologia na Educação de Jovens e Adultos no ensino da temática dos Direitos Humanos, é importante propor uma ação que intervenha no processo de ensino e aprendizagem. As sugestões apresentadas foram criadas a partir das oito entrevistas realizadas com os professores do EJA. Será relatada a proposta, Com sua definição e porque executá-la; sua prática, em que são colocadas sugestões de dinâmicas em sala de aula. Por fim, é pensado o efeito na temática dos Direitos Humanos para alcançar a proposta do Currículo em Movimento (Anexo b) da Secretária de Educação do Distrito Federal.

Nº	Proposta	Público Alvo	Definição	Prática	Efeito nos Direitos Humanos
01	Se sentindo na pele do outro	1º ano do EJA	Que os alunos entendam um mundo diferente do deles para entender outras realidades.	Em atividade em sala, construir uma historia junto com os alunos de como seria um ato de desrespeito e suas consequencias para a vítima.	Trabalhar a ideia de Direitos violados, impotência e consequências.
02	Respeito ao próximo	1º ano do EJA	Incentivar os alunos a darem suas opiniões sobre temas polêmicos com justificativas.	Construir uma roda de conversa onde os alunos falarão suas opinioes sobre desigualdade de gêneno É importante incentivar o respeito à opinião de todos.	Trabalhar questões de gênero, machismo e principalmente incentivar o respeito às ideias e realidades dos outros.
03	Movimentos sociais	2º ano do EJA	Levar o conhecimento do que são os movimentos sociais e sua função social e humana.	Em grupo, pedir aos alunos que construam um monvimento social com objetivo, metas, ações e nome.	Trabalhar as questões dos direitos (humanos, sociais, trabalhista)
04	Contextualização com a realidade do dia a dia	3º ano do EJA	O professor pode contextualizar o tema da aula com realidade do cotidiano, o que auxilia o entendimento em relação ao conteúdo ministrado. Fazer ligações com o mundo atual proporciona uma melhor perspectiva dos fatos.	Em uma aula sobre Sexualidade, levar para sala uma reportagem que mostra um crime de homofobia, fazendo os alunos olharem para o outro lado da história: o lado da vitima.	Trabalhar questões de gênero, sexualidade e homofobia
05	Contextualização com a vivência e experiência de cada aluno	3º ano do EJA	Dentro de sala de aula com o EJA, é importante aproveitar as experiências e vivencias de cada aluno. Suas vidas são importantes e devem ser levadas em conta nesse processo.	Passar trabalhos sobre um momento da vida do aluno em que ele tenha sofrido algum tipo de discriminação social. Pedir para toda aula um aluno ler para a turma sua história (apenas para os que quiserem)	Trabalhar questões de desigualdades sociais (racismo, gênero, homofobia, classe, cultura)

Tabela 02 – Propostas de intervenção metodológica

Fonte: Elaborado pelo autor

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho surgiu com o propósito de entender as dificuldades enfrentadas pelos professores quando lecionam, nas salas da Educação de Jovens e Adultos, o conteúdo referente à temática dos Direitos Humanos. É importante pontuar que a intenção do trabalho não foi a de traçar um paralelo comparativo entre lecionar a temática nos anos regulares do ensino médio e do EJA, uma vez que o recorte escolhido foi apenas o do EJA. Assim, o trabalho procurou expor quais dificuldades existem no processo de educar no EJA e propor possíveis soluções para eles.

A partir dos resultados das entrevistas, é possível afirmar que existe uma falta de interesse do Estado na formação dos jovens e adultos fora da idade regular de ensino. É de responsabilidade do Estado ofertar educação gratuita a todos os cidadãos brasileiros.

“o dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de ensino, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiverem acesso na idade própria”. (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Artigo 4).

Como apontado pelos professores, não há valorização de uma disciplina que busca a reflexão social, política e econômica da sociedade. É preciso criar a reflexão da realidade com os adultos que trabalham, que passam por exploração no local de trabalho, que sofrem preconceitos, que sofrem com medidas político-econômicas do Estado, que educam seus filhos, adultos, enfim, que precisam entender o funcionamento da sociedade para compreender sua realidade. Mantê-los analfabetos para as reflexões sociais é construir e manter indivíduos incapazes de mudar sua realidade.

A visão do analfabeto como um indivíduo alienado, incapaz, ignorante, a margem das decisões da sociedade e do poder construída ao longo da nossa história, continua influenciando a maneira pela qual os poderes públicos tratam a questão da educação de jovens e adultos, sua inclusão na sociedade e inserção no mundo

do trabalho. São várias investidas em campanhas e programas que não tiveram êxito pelo seu caráter emergencial, e na maioria das vezes assistencialista (SANTOS, 2009, p. 1).

Essa desvalorização da educação no EJA é vista nos professores que lecionam em salas sem um livro didático adequado para a realidade do EJA, prejudicando o desenvolvimento das aulas e a evolução educacional e social dos alunos. Além da necessidade do livro didático em auxiliar como um “guia” aos professores, sua utilização tornaria o tempo de ensino mais proveitoso e objetivo. Os entrevistados relatam que muitas vezes perdem muito tempo passando conteúdo no quadro, e que há reclamações vindas dos alunos que frequentemente estão cansados por trabalharem o dia inteiro e assistirem aula à noite. Com o livro didático a aula poderia ser mais bem desenvolvida e dinâmica.

Outro ponto pertinente observado foi à dificuldade de iniciar estudos da temática dos Direitos Humanos com indivíduos adultos. Educar adolescentes no ensino médio para os Direitos Humanos é mais simples uma vez que os alunos aceitam pensamentos e realidades diferentes. Não é tão determinante, neste ponto, uma trajetória de vida que condiciona crenças, crédulos, senso comum e pensamentos formados. Os adultos carregam consigo toda uma trajetória de vida e bases formadas de entendimento social. Realizar a desconstrução disso é um processo muito mais demorado e difícil. Toda essa trajetória de experiência de vida deve ser respeitada e aproveitada nas salas de aula, o que auxilia na formação do indivíduo.

A construção de conhecimento, na medida em que atrela a experiência pessoal com a coletiva, introduz o indivíduo no processo de socialização como cidadão e no de humanização, ao mesmo tempo em que ele se constitui em sua singularidade. (Professor formador, 2014, Diversidade Cultural e ambiente Escolar).

Assim como foram apresentadas sugestões do Currículo em Movimento para os professores do EJA, seria necessário realizar um

diagnóstico para entender a realidade dos alunos, e assim construir planos de aulas que contemplem o enriquecido universo de cada aluno. Considera-se fundamental haver respeito pela forma de pensar de todos envolvidos, principalmente dos alunos. O sucesso da educação está no respeito às diferenças e essa é a primeira lição que um professor deve ensinar.

7. REFERÊNCIAS

- 1) BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal de 1988.**
- 2) BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 20 de dezembro de 1996.
- 3) DISTRITO FEDERAL. **Lei Orgânica do Distrito Federal,** promulgada em 8 de junho de 1993. Brasília, 1993.
- 4) LYRA, Dereodo Araujo (org.). **Desordem e processo – estudos sobre o direito em homenagem a Roberto Lyra Filho.** Porto Alegre: Fabris, 1986.
- 5) MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- 6) MORGADO, Patricia. **Práticas Pedagógicas e Saberes Docentes na Educação em Direitos Humanos.** Rio de Janeiro, 2001, p. 1-16. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/25/patriciaimamorgadot04.rtf>>. Acesso em: 20 out. 2015.
- 7) MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- 8) PULINO, Lúcia H. C. Z. **A construção do conhecimento científico e seu ensino-aprendizagem.** In: PULINO, Lúcia H. C. Z.; BARBATO, S. *Aprendizagem e a prática do professor.* São Paulo/Brasília: Moderna/UnB, 2005. p. 29.

- 9) PULINO, Lúcia H. C. Z., PULINO, Lúcia H. C. Z.; BARBATO, S. **Pesquisa e Intervenção em Educação em e para os Direitos Humanos: o diálogo crítico e criativo com a realidade.** São Paulo/Brasília: Moderna/UnB, 2005. p. 4.
- 10) Secretaria de Estado de Educação. **Currículo em Movimento – Educação de Jovens e Adultos.** Livro 7. Brasília: SEEDF, 2014.
- 11) Universidade de Brasília UnB. Módulo 3 – Atualizações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 2014.
- 12) Universidade de Brasília UnB. **Módulo 1 – Diversidade Cultural e Ambiente Escolar,** 2014.

8. ANEXO

Anexo A - Questionário orientador de entrevistas

Este questionário orientador de entrevista foi elaborado para coleta de dados que serão trabalhados e analisados em meu trabalho de conclusão de curso de Pós-Graduação em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural, pela Universidade de Brasília (UNB).

Esta entrevista tem como propósito entender as dificuldades enfrentadas na Educação de Jovens e Adultos, assim como na educação para os Direitos Humanos. Os nomes dos entrevistados não serão divulgados, como consta no termo de autorização de entrevista e utilização de dados.

- 1) Você leciona em que região administrativa?**
- 2) Você é efetivo ou contrato temporário?**
- 3) Você é formado em sociologia?**
- 4) Quais dificuldades você encontra no ensino para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)?**
- 5) Quais dificuldades você encontra no ensino dos Direitos Humanos para o EJA?**
- 6) Quais métodos você utiliza para superar esses problemas?**

Anexo B - Conteúdo da Sociologia no Currículo em Movimento

EJA – Terceiro Segmento – 1ª etapa – Sociologia	
Objetivos específicos	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> • Perceber o poder de persuasão dos meios de comunicação nas diferentes comunidades. • Fazer com que o aluno se perceba como integrante do todo social e, ao mesmo tempo, dos vários grupos e subgrupos que formam a sociedade. • Relacionar sua biografia, ou de sua família, com a história social. • Compreender o importante papel das regras e dos procedimentos padronizados na manutenção e na estabilidade das formações sociais. • Identificar e analisar o discurso teórico da Sociologia, para ser capaz de adquirir um novo olhar sobre a realidade social. • Analisar as questões da Sociologia como ciência, discutir as instituições sociais e o processo de socialização e, finalmente, debater as possibilidades de mudança social. • Levar o aluno a compreender os discursos da Sociologia e as teorias da comunicação relativas à análise das questões culturais. • Construir uma visão crítica da indústria cultural, do papel e do poder dos meios de comunicação. • Analisar os aspectos positivos e negativos dos meios de comunicação, principalmente da televisão, no Brasil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sociologia e o mundo do trabalho no Distrito Federal • Reconhecimento da cultura, da experiência e do interesse profissional dos estudantes • Percepção da influência e da utilização das novas tecnologias no cotidiano • Relação entre a Sociologia e os cursos técnicos com oferta no Distrito Federal • Introdução ao estudo da sociologia: conceito, objeto de estudo e histórico da ciência sociológica • O indivíduo e o processo social: socialização, isolamento social • Os meios de comunicação de massa na sociedade atual: rádio, televisão, Internet

EJA – Terceiro Segmento – 1ª etapa – Sociologia	
Objetivos específicos	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> • Perceber as influências culturais estrangeiras na produção cultural brasileira, no cinema e na música. • Levar o aluno a perceber as estreitas relações entre profissionalização e possibilidades de mobilidade social. • Valorizar a política como prática social, que implica a participação do cidadão nos destinos da sociedade. 	

EJA - Terceiro Segmento - 2ª etapa - Sociologia

Objetivos específicos	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar, analisar e debater as inúmeras questões que envolvem o mundo do trabalho em nossa e em outras formações sociais, tanto no tempo quanto no espaço. • Compreender as transformações no mundo do trabalho a partir do desenvolvimento econômico, político e social das diversas formações históricas ocidentais e suas diferentes estruturas econômicas e políticas. • Compreender as alterações nas estruturas e instituições sociais. • Mostrar as diferenças entre sistemas políticos democráticos e autoritários, para que o aluno valorize as estruturas participativas de poder. • Adquirir uma melhor compreensão da vida cultural dos grupos e da sociedade brasileira como um todo. • Relacionar as manifestações culturais no contexto histórico-social com enfoque na diversidade. • Perceber, também, como as dificuldades econômicas, políticas e de expressão acabam por gerar ideias e movimentos que podem contribuir para as mudanças sociais. • Analisar e compreender as estratégias criadas pelo sistema econômico dominante para estimular as atitudes de consumo dos indivíduos. • Identificar e comparar os diferentes modos de organização do trabalho e sua importância para as estruturas sociais. • Verificar a importância das atividades econômicas nas sociedades tribais brasileiras e suas diversas modalidades de trabalho que já existiram e ainda existem no Brasil. • Pesquisar e discutir com o aluno a permanência do trabalho escravo no Brasil atual, a partir das denúncias veiculadas na imprensa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sociologia e o mundo do trabalho no Distrito Federal • Reconhecimento da cultura, da experiência e do interesse profissional dos estudantes • Percepção da influência e da utilização das novas tecnologias no cotidiano • Relação entre a Sociologia e os cursos técnicos com oferta no Distrito Federal • Diferentes tipos de modos de produção: escravista, feudal, capitalista e socialista • Processo de formação da sociedade capitalista: Pré-capitalismo, Capitalismo comercial, Industrial e Financeiro • História dos modos de produção: <ul style="list-style-type: none"> - Escravista - Feudal - Capitalista - Socialista • Questão das diferenças entre os membros da sociedade: <ul style="list-style-type: none"> - Estratificação e mobilidade social: conceitos e características - Classes sociais: histórico e formação - Desigualdades sociais - Reconhecimento das antigas e novas • configurações do trabalho e do desemprego na sociedade contemporânea

EJA - Terceiro Segmento - 2ª etapa - Sociologia

Objetivos específicos	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar ao estudante sociedades divididas em castas, para que a identificação, a análise e a comparação sejam feitas. • Compreender a realidade brasileira partindo da verificação empírica das desigualdades sociais. • Analisar o sistema de poder e regime político no contexto histórico-crítico social. 	

EJA - Terceiro Segmento - 3ª etapa - Sociologia	
Objetivos específicos	Conteúdos
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar propostas de ações democráticas no interior da Escola (análise das relações de poder envolvendo a Direção, o Grêmio Estudantil, a APM etc.). • Encaminhar propostas para solução de problemas de sua comunidade para a Administração Regional ou associações de moradores (questões ecológicas, poluição visual e sonora, etc.) • Levantar dados a partir de pesquisas de campo realizadas na escola e em sua comunidade. • Compreender melhor a diversidade de vivências cotidianas nas metrópoles pós-industriais. • Entender a importância da aplicação do método científico na análise dos fenômenos sociais. • Analisar e identificar as tendências e exigências do mercado de trabalho no mundo atual, o surgimento de novas ocupações, o desaparecimento e a desvalorização de outras, as novas formas de trabalho (empreendedorismo, trabalho autônomo, associativismo e cooperativismo) • Perceber a política como uma rede de interesses e de acordos estabelecidos pelos seres humanos. • Valorizar o exercício da democracia, a legalidade e a legitimidade do poder, a cidadania, os direitos e deveres do cidadão, os movimentos sociais e as outras formas de participação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sociologia e o mundo do trabalho no Distrito Federal • Reconhecimento da cultura, da experiência e do interesse profissional dos estudantes • Percepção da influência e da utilização das novas tecnologias no cotidiano • Relação entre a Sociologia e os cursos técnicos com oferta no Distrito Federal • Percepção da importância da organização social e o papel dos movimentos sociais • Reconhecimento das antigas e novas configurações do trabalho e do desemprego na sociedade contemporânea • Compreensão do processo de organização solidária • Participação política por meio do voto obrigatório, referendo e plebiscito